

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1

As plataformas de conectividade são o principal responsável da digitalização da economia, por realizarem a migração dos processos físicos para o mundo digital. Seu avanço tem sido muito expressivo, com uma ampla penetração (93% das pessoas usam aplicativos de mensagens instantâneas) e um aumento significativo do poder concentrado em algumas grandes plataformas, características de um mercado em franca expansão que têm motivado discussões no âmbito regulatório ao redor do mundo. Ainda não há um consenso global em relação à regulação de plataformas de conectividade, estando sua discussão presente em diferentes países.

A União Europeia se mostra como o ente mais avançado nessa discussão, tendo apresentado duas importantes leis, a Digital Services Act (DSA) e a Digital 156 Markets Act (DMA), que poderão servir como *benchmark* para outros países, sob o ponto de vista regulatório, de experiências praticadas, além de explicitar os seus potenciais impactos no mercado e como ele se adaptará.

No Brasil, não há leis nem regulações que atuem especificamente sobre as plataformas de conectividade. O Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, no entanto, abordam temas transversais do ecossistema digital que são relevantes no contexto de plataformas de conectividade. Alguns projetos de lei, como o PL das *Fake News* e o PL n.º 2.768/2022, endereçam parte das questões relacionadas a esse nicho de mercado atualmente e devem concentrar as principais discussões.

ANATEL. Relatório II: Avaliação de cenários futuros da economia digital induzidos pelo desenvolvimento de plataformas de conectividade no Brasil, falhas de mercado e lacunas regulatórias. 2023, p. 156-157. Internet: <www.gov.br> (com adaptações).

Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

- 1 No segundo período do primeiro parágrafo, seria correto inserir uma vírgula imediatamente depois do trecho entre parênteses — (... **instantâneas**), e.
- 2 Seriam preservadas a correção gramatical e as relações de coesão e coerência do primeiro parágrafo caso se substituísse, no segundo período, a vírgula empregada após “plataformas” por ponto final, desde que feito o devido ajuste de minúscula para maiúscula na letra inicial da palavra “características”.
- 3 O primeiro período do texto poderia ser reescrito, sem prejuízo da correção gramatical e das relações de sentido estabelecidas entre as orações que o compõem, da seguinte forma: **Por realizarem a migração dos processos físicos para o mundo digital, as plataformas de conectividade são as principais responsáveis pela digitalização da economia.**
- 4 Estariam mantidas a correção gramatical do texto e a coerência de suas ideias caso se reescrevesse o segmento “(93% das pessoas usam aplicativos de mensagens instantâneas)” (segundo período do primeiro parágrafo) da seguinte forma: **(93% da população é usuária de aplicativos de mensagens instantâneas).**

- 5 Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência das ideias do último período do primeiro parágrafo caso a oração “estando sua discussão presente em diferentes países” fosse reescrita da seguinte maneira: **tema cuja discussão está presente em diferentes países.**
- 6 O vocábulo “ele”, na última oração do segundo parágrafo, retoma “ponto de vista regulatório”.

Espaço livre

Texto CB1A6

De todas as inovações óbvias que surgiram no século XXI, poucas são tão invisíveis como a mudança na maneira de perceber o tempo.

O controle do tempo na comunicação até o final do século XX decorria especialmente de uma característica: a programação. Com o controle dos meios de produção e distribuição da informação, fosse ela qual fosse, o cenário temporal dispunha também de uma estrutura hierárquica de controle. Era possível traçar e agenciar cronogramas complexos e prazos de entrega. O que basicamente mudou?

A comunicação não mudou. Mudaram os meios. Todos têm acesso às redes. Nelas a produção de conteúdo é incessante. O conteúdo é produzido por todos. A estrutura não é mais regida por uma lógica de programação, mas por uma lógica de fluxo. Nesse novo ecossistema, impera uma economia da atenção e, sendo a atenção um recurso escasso, é preciso a todo tempo escolher algo a que dedicar a atenção e, dedicada a atenção, devemos reagir rapidamente com as mudanças necessárias. Aqui aparecem claramente as diferenças do tempo em um ecossistema em fluxo permanente. As mudanças também devem ser permanentes. Isso em comunicação se traduz em não esperar mais longos prazos para dar respostas. Até o século passado, o furo de um veículo de comunicação só poderia ser ultrapassado 24 horas depois: na próxima edição. Hoje um furo de reportagem é imediatamente absorvido em rede, compartilhado, respondido e repercutido por todos os concorrentes. Em uma sociedade que se comunica em fluxo, é preciso avaliar diariamente onde estão os impedimentos e o que deve ser priorizado, e redefinir foco e estratégia. A comunicação também passa a lidar com o provisório, com o possível e com o impermanente.

Saber como equilibrar o tempo nessa pressão imediatista é o grande desafio do século XXI. Há saberes que só se atingem com reflexão, laços que só se formam com experiências reais compartilhadas. Saber desligar o celular, parar de responder *emails* para completar uma tarefa, ler um livro inteiro e principalmente saber conversar com os outros são habilidades cada vez mais valorizadas em uma sociedade digital, exatamente por serem habilidades capazes de dilatar o tempo em que vivemos, formas de transformar o fluxo que consome nossa atenção em momento no qual nós consumimos o mundo.

Margot Pavan. O tempo e a comunicação digital no século XXI.
Internet: <www.jornaldocomercio.com> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, relativos às ideias veiculadas no texto CB1A6.

- 7 Conclui-se da leitura do terceiro parágrafo do texto que o avanço da tecnologia no âmbito da comunicação e a democratização do acesso à informação são, respectivamente, o foco e a estratégia a serem redefinidos na sociedade do século XXI, que se comunica em fluxo permanente.
- 8 O texto classifica-se como dissertativo-argumentativo e, no parágrafo de conclusão, são apresentados exemplos de ações que representam possíveis respostas ao que a autora identifica como “o grande desafio do século XXI”.
- 9 Em sua análise da transformação ocorrida na transmissão de informação no século XXI, a autora direciona uma crítica à produção e disseminação de conteúdos superficiais e pouco confiáveis pelas mídias digitais.
- 10 Entende-se da leitura do texto que a comunicação no século XXI, marcada pelas redes sociais digitais, em que a produção de conteúdo é incessante, requer respostas imediatas e em fluxo permanente.

No que diz respeito a aspectos linguísticos do texto CB1A6, julgue os seguintes itens.

- 11 Para se evitar a repetição do termo “atenção” no sétimo período do terceiro parágrafo, seria correto e coerente reescrever o segmento “dedicada a atenção” da seguinte forma: **tendo-lhe dedicado**.
- 12 No primeiro período do texto, a substituição do vocábulo “como” por **quanto** preservaria as relações de coesão e coerência textuais, mas, para a garantia da correção gramatical, seria necessário o emprego do acento indicativo de crase no vocábulo “a” que antecede “mudança” — **quanto à mudança**.
- 13 Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso se substituisse o ponto final que encerra o segundo período do segundo parágrafo pelo sinal de dois-pontos, feito o devido ajuste de maiúscula e minúscula no período.
- 14 Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso o segmento “sendo a atenção um recurso escasso” (sétimo período do terceiro parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: **porquanto ela seja um recurso escasso**.
- 15 O segmento “por uma lógica”, em “mas por uma lógica de fluxo” (sexto período do terceiro parágrafo), poderia ser suprimido sem prejuízo das relações de coesão e coerência textuais.

Text CB1A2-I

Indigenous languages appear to be disappearing at a concerning rate around the world. Current data indicates that at least 43% of the world’s spoken languages are being forgotten, with indigenous languages making a significant part. According to ONIC (National Indigenous Organization of Colombia), there are 65 indigenous languages in the country. Nearly one-third of them are at a critical risk of disappearing — and only three of them, including Nasa Yuwe, are spoken by more than 50,000 people. This is the reality that Juan Pablo Camayo seeks to change.

Two years ago, in Caldono, Colombia, Juan Pablo and other neighbours started a communications network that enabled them to provide Internet access to remote rural areas and disseminate content in their mother tongue. That’s how Jxa’h Wejxia Casil — “Wind’s Net” in Nasa Yuwe — came to be.

Currently, Jxa’h Wejxia Casil has about 200 families subscribed to their Internet service and provides a tool that allows communities to preserve the use of their language. With support from other project partners, Juan Pablo leveraged this new communication tool to produce and disseminate original communication materials in Nasa Yuwe.

Internet: <<https://unsdg.un.org>> (adapted).

According to the text CB1A2-I, judge the following items.

- 16 The word “leveraged”, in the last sentence of the text, can be correctly understood as **took advantage of**.
- 17 According to the text, the disappearance of indigenous languages is a worrying fact because they represent almost 43% of the world’s spoken languages.
- 18 According to the text, Jxa’h Wejxia Casil is a rural communications network that aims to promote the spread of content in Nasa Yuwe.
- 19 Based on the text, it is correct to conclude that, Nasa Yuwe is not classified as a critically endangered language because it is spoken by more than 50,000 people.

Text CB1A2-II

Internet coverage in the European Union (EU) is impressive, standing at 100%; however, numbers on *de facto* usage (85%), broadband take-up (78%), users with at least basic digital skills (58%), next-generation access coverage providing at least 30 Mbps (86%) and 5G readiness (21%) cloud the picture.

The significance of these circumstances does not only lie in the economic implications but also in the severe consequences for the individual and the society. People without adequate Internet access are missing out on means of participation and opportunities that have become part of everyday life. Countless contributions have been published on socioeconomic inequalities relating to access to, use of or impact of ICTs (information and communication technologies), known as the digital divide(s). These divides will only deepen, as disconnected citizens are likely to miss out on long-term benefits of innovation (information society) and modernization.

The coronavirus pandemic exacerbated the social inequalities related to insufficient connectivity: privileged users experienced dropped calls and disrupted downloads, while disadvantaged users were left with no access at all or with makeshift solutions.

Internet: <www.europarl.europa.eu/thinktank> (adapted).

Based on the text CB1A2-II, judge the following items.

- 20 The adjective “makeshift”, in the last sentence of the text, is a synonym for **obsolete**.
- 21 Digital divide can be understood as the lack of long-term stable connection to the Internet.
- 22 The percentage of actual Internet users in the EU is clouded by the numbers on 5G preparedness.
- 23 Lack of satisfactory Internet access results in exclusion of people from benefits related to digital technology.

Em relação às agências reguladoras federais e às abordagens econômicas na regulação, julgue os itens seguintes.

- 24 A teoria econômica da regulação estabelece que, havendo monopólio, deve-se definir uma regulação, por exemplo, em preços, com o objetivo de evitar a obtenção de lucros extraordinários pela firma monopolista.
- 25 As agências reguladoras federais caracterizam-se pela independência em sua gestão e administração e na tomada de decisões relativas aos contratos de concessão, embora se subordinem às pastas ministeriais nos assuntos regulatórios.
- 26 A criação das agências reguladoras federais constituiu um mecanismo delimitador das divisas dos serviços públicos visando a fixação de normas para a definição de tarifas, a fiscalização do cumprimento dos atos regulatórios e o estímulo à competência dos prestadores de serviços.

Julgue os itens subsequentes, a respeito das boas práticas regulatórias e da regulação responsiva.

- 27 O princípio da proporcionalidade aplicado à análise do resultado regulatório diz respeito à correta calibragem dos recursos, dos esforços e do tempo empregados na análise conforme a relevância e complexidade da regulação a ser revista.
- 28 Segundo os pressupostos da regulação responsiva, a abordagem regulatória não pode ser apenas realizada com caráter punitivo, devendo ter, também, cunho persuasivo, no sentido de reorientar a conduta dos regulados.
- 29 A análise de impacto regulatório é um instrumento para avaliação de uma intervenção regulatória adotada ou alterada, com relação ao atingimento dos objetivos originalmente pretendidos.

Julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 9.472/1997, que dispõe sobre a regulação do setor de telecomunicações no Brasil.

- 30 O serviço de valor adicionado constitui modalidade do serviço de telecomunicações, classificando-se seu provedor como usuário do serviço de telecomunicações que lhe dá suporte, com os direitos e deveres inerentes a essa condição.
- 31 O usuário de serviços de telecomunicações tem direito à liberdade de escolha da prestadora do serviço e à inviolabilidade e ao segredo de sua comunicação, salvo nas hipóteses e condições constitucionais e legalmente previstas.
- 32 O Conselho Consultivo da ANATEL é o órgão de participação institucionalizada da sociedade na ANATEL e possui representantes indicados pelas entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações.
- 33 O Conselho Administrativo da ANATEL é composto pelo presidente e por quatro conselheiros e suas decisões são tomadas por maioria absoluta.

A respeito de organização administrativa, administração direta e indireta, espécies de atos administrativos e poderes administrativos, julgue os itens a seguir, considerando, no que couber, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 34 A competência normativa da agência reguladora qualifica-se pela edição de atos gerais e abstratos, de caráter técnico, necessários à implementação da política pública setorial, devendo estar subordinados aos preceitos constitucionais e às leis de regência.
- 35 A agência reguladora, entidade da administração indireta, insere-se tanto no conceito formal quanto no conceito material de administração pública.
- 36 Em relação aos atos administrativos normativos, as agências reguladoras podem editar decreto regulamentar, regimento interno e resolução para disciplinar a organização e a prestação dos seus serviços regulatórios.
- 37 No desempenho de suas funções, as agências reguladoras independentes detêm regime especial caracterizado por independência administrativa, autonomia financeira, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes.

Acerca da concessão de serviços públicos, do processo administrativo no âmbito da Lei n.º 9.784/1999, do controle judicial da administração pública e do que estabelece a Lei de Acesso à Informação (LAI), julgue os itens subsequentes, considerando, no que couber, o entendimento do STF.

- 38 No processo administrativo federal, o ônus da prova é do interessado, que não pode se valer de provas impertinentes e desnecessárias, sob pena de serem recusadas.
- 39 Não cabe ao Poder Judiciário realizar o controle jurisdicional dos atos de uma agência reguladora que resultem da interpretação e da aplicação do seu próprio estatuto legal, quando a legislação de regência define as políticas a serem perseguidas, os objetivos a serem implementados e os objetos de tutela.
- 40 A reversão dos bens do concessionário ao poder concedente ao final do prazo da concessão de serviço público tem por fundamento a indenização da administração pública pelos custos decorrentes de todo o período da concessão.
- 41 Em se tratando de concessão de serviço público, o reajuste do preço da tarifa deve seguir os parâmetros estabelecidos no contrato de concessão, porém, quando o reajuste tarifário for superior ao índice de inflação apurado no período, deverá prevalecer o referido índice inflacionário, em respeito ao princípio da modicidade da tarifa.
- 42 A LAI aplica-se às empresas privadas contratadas pela administração pública, pois são receptoras de recursos públicos; entretanto, em relação a elas, a publicidade ficará limitada à parcela dos recursos recebidos.

No que se refere às previsões da Constituição Federal de 1988 (CF) concernentes aos direitos e garantias individuais e sociais, aos direitos humanos e à nacionalidade, julgue os itens a seguir.

- 43** Ressalvadas as situações que acarretem apatridia, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, hipótese em que o interessado ficará impedido de readquirir sua nacionalidade brasileira originária.
- 44** O sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas é inviolável, salvo se houver ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- 45** Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em sessão unicameral do Congresso Nacional, por dois terços dos votos de seus membros serão equivalentes às emendas constitucionais.

Com base nas disposições da CF acerca da forma e do sistema de governo, bem como da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue os itens a seguir.

- 46** O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, entre as quais estão restrições ao sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica.
- 47** A forma republicana de governo é uma cláusula pétrea e o sistema presidencialista de governo, um princípio constitucional sensível.

À luz do disposto na CF em relação à ordem econômica e financeira e à ordem social, julgue os itens a seguir.

- 48** A ordem social, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem como objetivo assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, sendo assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade social que seja previamente autorizada pelos órgãos públicos.
- 49** A sociedade exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação do Estado nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.
- 50** Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre mediante licitação, a prestação de serviços públicos.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens a seguir, com base na Lei das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/1976) e nas alterações promovidas em seu texto pela Lei n.º 11.638/2007.

- 51 As demonstrações financeiras das companhias abertas e das companhias fechadas deverão observar obrigatoriamente as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- 52 No balanço patrimonial, o patrimônio líquido será dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e dividendos acumulados.
- 53 Na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, são considerados ajustes de exercícios anteriores apenas aqueles que decorram da retificação de erro imputável a exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fato subsequente.

Julgue os próximos itens, de acordo com os princípios de contabilidade, disciplinados na Resolução CFC n.º 1.282/2010, e com os pronunciamentos do CPC.

- 54 Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações, segundo o princípio do registro do valor original.
- 55 Valor justo corresponde ao preço recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo; a mensuração do valor presume que haja uma troca não forçada entre os participantes do mercado.
- 56 Pressupondo-se que a entidade continuará em operação no futuro, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio devem refletir o valor histórico, em consonância com o princípio da oportunidade.
- 57 Os fluxos de caixa excluem os movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes, pois esses componentes não são parte das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da entidade.

De acordo com a Resolução n.º 396/2005 da ANATEL, que dispõe sobre o Regulamento de Separação e Alocação de Contas, julgue os itens subsequentes.

- 58 O DSAC, quando for obrigatório, deve ser enviado anualmente à ANATEL e, em regra, deve contemplar informações relativas aos dois últimos exercícios sociais das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações.
- 59 O DSAC é público, salvo se existirem informações confidenciais, hipótese em que, após apresentação de prévio requerimento à ANATEL, será decretado o sigilo do documento em sua integralidade.
- 60 As empresas que prestam serviços de telecomunicação e estão sujeitas ao envio do Documento de Separação e Alocação de Contas (DSAC) são obrigadas a informar à ANATEL, por meio de relatório contábil, a modalidade do serviço oferecido, sem a necessidade de discriminar os valores cobrados dos usuários.

Em relação à análise das demonstrações financeiras e à consolidação, à correção integral e à mensuração ao valor justo, julgue os itens a seguir.

- 61 Valor justo é o preço de venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de uma obrigação entre participantes do mercado, devendo as partes compradora e vendedora estar satisfeitas com a transação espontânea.
- 62 Em companhias cujo ciclo operacional tenha duração maior que o exercício social, a classificação de um ativo no circulante poderá ter como base um prazo superior a 2 anos.
- 63 A mensuração do valor justo depende não apenas do mercado, mas também das premissas e *inputs* específicos da entidade, assim como da intenção da entidade em relação ao objeto da mensuração dos itens patrimoniais sob avaliação.
- 64 A avaliação do controle de uma companhia investidora sobre a investida depende do binômio poder e conexão com a investida, entendido como a exposição ou direitos a retornos variáveis em razão do envolvimento da investidora com a investida, o qual, por sua vez, depende da capacidade da investida de influenciar nos retornos da investidora.
- 65 Um aspecto relevante da técnica da correção integral das demonstrações financeiras é a definição de itens monetários, que representam direitos e obrigações em número fixo ou determinável de unidades de moeda.

Com pertinência à mensuração do valor justo, modelo CAPM (*capital asset pricing model*) e fluxos de caixa descontados, julgue os seguintes itens.

- 66 O cálculo do modelo CAPM inclui um prêmio de risco de mercado, que representa o retorno adicional esperado pelos investidores por assumirem o risco sistemático de investir no mercado de capitais em vez de optarem por investir em ativos com riscos próximos de zero, como títulos do governo.
- 67 A metodologia do fluxo de caixa descontado é priorizada no cálculo do valor justo de ativos, cujas premissas devem ser divulgadas em notas explicativas.
- 68 Para a mensuração do valor justo de ativos financeiros e não financeiros, leva-se em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos, por isso o seu valor é definido na melhor base possível do valor de mercado, independentemente do uso ou destinação que seja dado aos referidos ativos.
- 69 Quando um preço cotado para a transferência de um instrumento patrimonial próprio da entidade, idêntico ou similar, não está disponível, e o item idêntico não é mantido por outra parte como um ativo, a entidade deve mensurar o seu valor justo por meio de uma técnica de avaliação de outros ativos semelhantes, o que exclui o ponto de vista de passivos ou dívidas de outro participante do mercado.

Julgue os itens que se seguem, relativos a testes de *impairment*, critérios de avaliação e mensuração do imobilizado e demonstração dos fluxos de caixa.

- 70** Os juros pagos e recebidos, assim como os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos, são comumente classificados, nas instituições financeiras, como fluxos de caixa operacionais, podendo, nas outras entidades, ser classificados como fluxos de caixa de financiamento ou fluxos de caixa de investimento.
- 71** A perda decorrente de desvalorização de um ativo por *impairment* ocorre quando o maior montante entre o valor justo líquido de despesa de venda desse ativo e o seu valor em uso, se for maior que este, apresentar-se inferior ao seu valor contábil.
- 72** De acordo com o disposto na Lei n.º 6.404/1976, a entidade pode optar pelo método de custo ou pelo método de reavaliação para a mensuração de bens tangíveis após o seu reconhecimento inicial.
- 73** Ativos mensurados a valor justo estão sujeitos a ajustes decorrentes do teste de *impairment*.
- 74** Quando intangíveis estiverem incorporados a itens do imobilizado, a entidade deve avaliar o item patrimonial mais significativo para estabelecer o tratamento contábil adequado, seja como imobilizado ou como intangível.

No que diz respeito ao *goodwill* na contabilização de investimentos em controladas e coligadas, julgue os itens a seguir.

- 75** Considere que uma empresa faça, pelo valor de R\$ 400.000, a aquisição de 40% da participação societária de uma empresa X, que possui patrimônio líquido contábil de R\$ 600.000 e ativo subavaliado no montante de R\$ 200.000. Nesse caso, é correto concluir que o *goodwill* é de R\$ 80.000.
- 76** O *goodwill* pode ser definido como o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, representado pela diferença entre o montante líquido proporcional adquirido do valor justo e o valor contábil dos ativos e passivos da entidade adquirida, quando tal diferença for positiva.

Em relação ao *impairment test*, julgue os próximos itens.

- 77** Considere que uma empresa possua um ativo intangível de R\$ 90.000, o qual pode gerar um valor em caixa estimado em R\$ 72.500. Nessa situação, se a empresa apurar que o valor líquido de venda desse ativo é de R\$ 80.000, ela deverá constituir uma provisão para perda por desvalorização no valor de R\$ 10.000.
- 78** O *impairment test* é potencialmente aplicável a todos os itens do imobilizado e do intangível.
- 79** No caso de ativos intangíveis com vida útil predeterminada, a entidade deve realizar o *impairment test* quando houver algum indício de perda nesses ativos ou, se isso não ocorrer, a cada dois exercícios financeiros.
- 80** O *impairment test* é facultativo no caso de ativo intangível cuja vida útil não possa ser estabelecida de forma objetiva.

A empresa Alfa adquiriu a outorga de concessão para operar telefonia móvel na região Beta por 20 anos. O valor desembolsado para obtenção da concessão foi de R\$ 3.000.000.000.

A partir da situação hipotética precedente, julgue os itens seguintes, relativos a reconhecimento e mensuração de concessões.

- 81** Ao final de cinco anos da concessão, o ativo relativo à concessão de telefonia móvel deverá ser apresentado no balanço da seguinte forma.
- Concessão de telefonia móvel – região Beta
R\$ 3.000.000.000
(-) Amortização acumulada (R\$ 750.000.000)
- 82** Ao final de cada ano transcorrido da concessão, deverá ocorrer o lançamento contábil exibido a seguir.
- Despesas de amortização R\$ 150.000.000
a Amortização acumulada R\$ 150.000.000
- 83** Caso a empresa Alfa realize o pagamento à vista da outorga da concessão, o lançamento contábil da obtenção da licença será o apresentado a seguir.
- Disponibilidades R\$ 3.000.000.000
a Concessão de telefonia móvel – região Beta (Imobilizado)
R\$ 3.000.000.000

No que se refere à combinação de negócios, à fusão, à incorporação e à cisão, julgue os itens que se seguem.

- 84** O adquirente deve mensurar o valor de direito readquirido, reconhecido como ativo intangível, com base no prazo contratual remanescente do contrato que lhe deu origem, independentemente de os participantes do mercado considerarem a potencial renovação do contrato na mensuração do valor justo desse ativo intangível.
- 85** A entidade deve contabilizar cada combinação de negócios pela aplicação do método de aquisição, que requer somente a identificação do adquirente; o reconhecimento e a mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos; e o reconhecimento e a mensuração do *goodwill* ou do ganho proveniente de compra vantajosa.
- 86** O adquirente deve mensurar os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos da data da aquisição.
- 87** A data da aquisição é a data em que o adquirente transfere a contraprestação, adquire os ativos e assume os passivos, independentemente da obtenção do controle da adquirida.

A respeito da contabilidade de custos, julgue os itens subsequentes.

- 88** O método do custo-padrão é utilizado em substituição ao método do custeio por absorção ou ao do custeio variável.
- 89** O uso do custo-padrão corrente, embora seja útil para apontar ineficiências e defeitos na linha de produção, possui menor eficiência para essa finalidade do que o uso do custo estimado.
- 90** No custeio baseado em atividades, a atribuição dos custos deve ser feita pelo critério do rastreamento, prioritariamente ao da alocação direta.
- 91** No custeio por absorção, todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos ou serviços feitos.
- 92** O custeio baseado em atividade se vale dos direcionadores de custos, que são os fatores que determinam ou influenciam a maneira como os produtos utilizam as atividades.

Julgue os itens que se seguem, referentes aos métodos de escolha de projetos de investimento.

- 93** A principal diferença entre o método do *payback* simples e o método do *payback* descontado é a consideração do custo do dinheiro no tempo.
- 94** Considere que um investidor receba uma oferta de investimento que exigirá um aporte de recursos imediato de R\$ 12 milhões, gerando retornos de R\$ 7 milhões em cada um dos próximos dois anos, sendo de 13% ao ano o custo de capital do investidor. Nessas condições, o valor presente líquido do investimento é positivo e justifica o investimento.
- 95** Suponha que duas propostas de investimento com prazo de duração idêntico estejam sendo analisadas por um investidor: a taxa interna de retorno da primeira proposta é expressivamente superior à da segunda, o valor presente líquido (VPL) da primeira proposta é negativo e o VPL da segunda, positivo. Nessas condições, é mais vantajoso para o investidor escolher o projeto com maior VPL.
- 96** Considere que um empresário esteja analisando uma melhoria no processo produtivo de seu negócio, a qual reduzirá em 5% o custo de fabricação de determinado produto, que é, atualmente, de R\$ 100 por unidade, mantendo a produção atual de 5 mil unidades desse produto a cada mês. Considere, ainda, que, para a redução de custos pretendida, seja necessário um investimento de R\$ 400 mil no processo de produção e que a empresa trabalhe com um tempo máximo de recuperação de investimentos avaliado pelo método do *payback* simples, de 24 meses. Na situação apresentada, a melhoria pretendida se mostra inviável.
- 97** Caso um projeto de investimento tenha fluxo de caixa não convencional, exigindo várias saídas de caixa ao longo de sua vigência, conclui-se que múltiplas taxas internas de retorno podem ser obtidas para esse mesmo projeto, o que pode dificultar ou mesmo inviabilizar a utilização desse método de avaliação para a tomada de decisão.

Uma indústria recém-instalada produz um único produto. Seu desempenho, para fins gerenciais, é realizado pelo método do custeio variável. A margem de contribuição unitária do produto é de R\$ 35, representando 20% do preço de venda, e seus custos e despesas fixas somam R\$ 3.325 milhões. Atualmente a empresa opera com prejuízo, e os sócios esperam atingir, até o final do primeiro ano de atividade, um lucro de 15% do total de vendas, patamar considerado desejável.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 98** Uma redução de 5% nos custos variáveis, sem modificação das demais condições, reduzirá o ponto de equilíbrio contábil em 20% em relação à situação atual vivenciada pela referida indústria.
- 99** O lucro desejado exigirá que se duplique o montante de vendas em relação às vendas no ponto de equilíbrio contábil.
- 100** A referida indústria atingirá seu ponto de equilíbrio contábil ao vender R\$ 16.625 milhões do produto.

preço de venda unitário	R\$ 100,00
custos variáveis unitários	R\$ 60,00
custos fixos totais	R\$ 2,50 milhões
despesas variáveis unitárias	R\$ 5,00
despesas fixas	R\$ 0,50 milhão

Considerando que os números apresentados na tabela precedente tenham sido apurados em estudo da relação entre custo, volume e lucro em certa entidade, julgue os itens subsequentes.

- 101** O lucro da entidade será igual aos seus custos e despesas fixas quando a entidade atingir 200 mil unidades vendidas.
- 102** No momento em que a entidade atingir um volume de 100 mil unidades vendidas, um aumento de 1% no volume de vendas implicará um aumento de 8% no seu lucro.
- 103** O índice da margem de contribuição é de 30%.

Uma empresa opera com uma linha composta por três produtos — A, B e C. Os produtos A e C representam, cada um deles, 25% das vendas, sendo a margem de contribuição de cada um deles de 10%. O produto B representa 50% das vendas e sua margem de contribuição é de 30%. Os custos e despesas fixas totais somam R\$ 2,4 milhões.

Com base na situação hipotética precedente, julgue o próximo item.

- 104** Para que a referida empresa atinja seu ponto de equilíbrio contábil, é necessário um faturamento de R\$ 9 milhões, caso seja mantida a distribuição de vendas apresentada.

As informações econômico-financeiras presentes na tabela a seguir, relativas ao ano mais recente 20X3 e ao ano imediatamente anterior, foram levantadas para a mensuração e a avaliação do desempenho de determinada empresa.

ativo / passivo	valores em milhões de reais	
	ano 20X2	ano 20X3
ativo circulante cíclico	154,0	138,2
ativo circulante financeiro	161,4	146,0
ativo não circulante	209,0	188,8
passivo circulante cíclico	64,2	49,0
passivo circulante financeiro	130,6	123,1
passivo não circulante	329,3	300,0

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 105** Ocorre significativa deterioração do saldo em tesouraria ao longo do biênio.
- 106** Enquanto, na empresa, a necessidade de capital de giro cresce expressivamente no biênio, sua disponibilidade de capital de giro é decrescente.

Julgue os itens que se seguem, em relação à contribuição para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), instituída pela Lei n.º 9.998/2000.

- 107** No cálculo do valor da contribuição para o FUST, aplica-se à base de cálculo uma alíquota que pode variar de 0,5% a 1,0%, a depender da natureza do serviço prestado.
- 108** O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) devem ser excluídos para fins de cálculo do valor da contribuição para o FUST.
- 109** O fato gerador da contribuição para o FUST é a obtenção de receita operacional pela prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado.
- 110** A prestadora de serviços de telecomunicações que executar, com recursos próprios, projeto aprovado pelo Conselho Gestor do FUST na modalidade de apoio não reembolsável terá direito à redução do valor da contribuição em montante equivalente ao que foi aprovado, respeitados os limites estabelecidos em lei.

Julgue os próximos itens, relativos à Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) e à Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), instituídas pela Lei n.º 5.070/1966.

- 111** O sujeito passivo que, após a notificação da ANATEL, não realizar o pagamento da TFF dentro do prazo legal submeter-se-á à caducidade da sua concessão, permissão ou autorização, sem direito a indenização.
- 112** Os valores da TFI correspondem a um percentual dos custos incorridos pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência para a instalação das estações necessárias à prestação dos serviços tributados.
- 113** O fato gerador da TFI ocorre no momento em que se dá a emissão do certificado de licença para o funcionamento das estações destinadas à prestação de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência.
- 114** Os valores da TFF não guardam relação percentual com os valores fixados para a TFI.

Em relação à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), instituída pela Lei n.º 11.652/2008, julgue os itens a seguir.

- 115** O sujeito passivo da CFRP deve efetuar anualmente o pagamento da referida contribuição.
- 116** A prestação de uma nova modalidade de serviço de telecomunicações só estará sujeita à incidência da CFRP quando a lei fixar o valor da contribuição especificamente relacionada àquela modalidade de serviço.
- 117** A maior parcela dos recursos arrecadados com a CFRP deve ser repassada à Empresa Brasil de Comunicação, cabendo à ANATEL receber um percentual do montante arrecadado como forma de retribuição pelo desempenho das atividades que lhe foram legalmente atribuídas em relação à referida contribuição.

Acerca da Contribuição para o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), instituída pela Lei n.º 10.052/2000, julgue os itens seguintes.

- 118** A base de cálculo da contribuição para o FUNTTEL incidente sobre os serviços de telecomunicações é determinada pelo valor do lucro bruto da empresa, excluídos os descontos concedidos e as vendas canceladas.
- 119** A obtenção de receita de prestação de serviços de telecomunicações, quando decorrente de regime público, não constitui fato gerador da contribuição destinada ao FUNTTEL.
- 120** A arrecadação bruta oriunda de eventos participativos realizados através de ligações telefônicas por instituições autorizadas na forma da lei está sujeita à incidência da contribuição para o FUNTTEL.

Espaço livre